

uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação do M.º M.º aprovada, foi assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinado
Senhor Presidente

Ata da décima Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo, realizada no dia 09 de Abril de mil novecentos e noventa e dois (1992).

0

Aos dezesseis horas do dia 09 de abril de mil novecentos e noventa e dois (1992) sob a Presidência do Senador Aur Silveira de Azevedo e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Senador Carlos Roberto Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa Real. Além dos presentes, responderam a chamado nominal os seguintes Senadores: Giris Bessa de Figueiredo, Benedito Melo, Carlos Roberto Veiga, Wilson Jardim, Felix da Costa Gomes, Américo das Santas Cruzes, José Maria Soares, José Maria Soares, Marcos Valério Pinheiro de Sant'Anna, Orlando Pereira, Osmar Sampaio, Valdir Santos, Walmir Rodrigues de Azevedo e Vilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a seguinte **A**ta: Ata da Nona Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente delimitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **B**ol.º Ordinário que contém de seguinte: Indicação nº 037/92, de autoria do Senador Walmir Rodrigues de Azevedo, assunto: Indica ao Ex.º Senhor Prefeito Municipal, a realização de trabalho para as escolas e postos ao trabalho interno de serviços; Indicação nº 038/92 de autoria do Senador Walmir Rodrigues de Azevedo, assunto: Indica ao Ex.º Senhor Prefeito Municipal, concessão de subvenção mensal à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes, correspondente a um salário mínimo para cada criança que resida no município e que seja atendida efetivamente pela Instituição; **R**egulamento nº 038/92, de autoria do Senador Carlos Roberto Veiga, assunto: Solu- ção ao Ex.º Senhor Prefeito Municipal, lida de autoria do Sr. do Projeto nº 53.685

Alvará de licença 161/88. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente comunicou aos Senhores Vereadores, que em conformidade com disposições da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa, realizaram a eleição para Vice-Presidente. A seguir, o Senhor Presidente determinou ao Primeiro Secretário que fizesse a chamada nominal dos Senhores Vereadores para depositarem os seus votos na urna. Sendo votado para a eleição do Vice-Presidente os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Figueiredo, Benildo Estrela, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Carlos Roberto Silva, Derson Jardim, Félix da Costa Gomes, Jânio dos Santos Mendes, Jozinho Pacheco, José Oscar Elias, Marcos Valério Correia de Santa Anna, Orlando Moura, Osmar Sampaio, Valfredo Santos, Valmir da Cerda e Almir Clemente. Terminada a chamada nominal, assim como o processo de votação, o Senhor Presidente convidou os Vereadores Aires Bezerra de Figueiredo e José Oscar Elias para que atuassem como escrutinadores. Após a apuração constatou-se o seguinte: três votos para o Vereador Derson Jardim, três votos para o Vereador Benildo Estrela, um voto para o Vereador Carlos Roberto Nogueira, dois votos para o Vereador Valfredo Santos, um voto para o Vereador Marcos Valério Correia de Santa Anna e cinco votos em branco. Pensando o empate em número de votos, o Senhor Presidente declarou eleito e empossado o Vereador Benildo Estrela, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, por ser o mais idoso. A seguir, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores inscritos em livro próprio. Como primeiro orador inscrito, subiu a Tribuna o Vereador Valmir Rodrigues de Azevedo, falando inicialmente que lhe cumpria justificar o seu atraso quanto a reunião do dia 07 de abril, enfatizando seu atraso, porque às 13 horas daquela terça-feira, por avisado que seu filho de nove anos estava adoentado, disse que conseguiu marcar consulta para às 15 horas e 30 minutos, mas infelizmente saiu do consultório às 16:35 horas, chegando o Palamará às 16:40 horas, e, encontrando um grupo de professores falando dos motivos do seu atraso e, solicitando permissão a Presidência, dirigiu-se a plateia e passou as mãos de representante do SEU, o alegando quanto ao estado de saúde do seu filho no dia 07 de abril, e que de fato estava em sua companhia. Quanto a ausência do Senhor Prefeito e Américo Araújo de Deus, dispondo sobre a regularização de professores concursados, disse que era favorável a aprovação da matéria o mais rápido possível, visto não haver

mais divididos nos textos, procedendo a seguir, a análise dos mesmos. Dis-
se em prosseguimento que em tais circunstâncias lamentava não existir a
Tribuna Livre na lava, visto que, um técnico poderia elucidar outras minudên-
cias do texto enviado pelo Executivo. Falou ter observado que nos últimos meses
o Sindicato dos Professores e o Secretário de Educação defendiam pontos de vista
divergentes, mas, era reconfortante ver que ao debaterem o Executivo, Sindi-
cato e Secretário acordavam plenamente o que deveria a Câmara em condi-
ções de discutir e aprovar a matéria com o devido tranqüilidade e sen-
tido. Falou de sua recente viagem aos Estados Unidos, sem despesas para a
Câmara ou Prefeitura, tendo a oportunidade de viajar entre outras áreas,
como o Professor era valorizado, e o profundo respeito do político para com
o técnico, havendo um investimento maciço na cultura e na educação, falan-
do das altas salários pagos e as condições de ensino. Falou a seguir,
das próximas eleições, quando cerca de setecentas candidatas iriam solici-
tar votos, indagando se viriam a Câmara os melhores, enfatizando que
os eleitores não se devem levar por determinados trabalhos que sur-
tiam e, que pelo menos, os melhores fossem eleitos. Ainda sobre Edu-
cação falou do exigência de uniforme na rede pública de ensino, o que
não ocorria na América e, que a qualidade de ensino não estava na
rota. Falou que os políticos deviam ter as mesmas ideias, durante
de medir forças, citando o exemplo de Caracas, onde a municipalidade assi-
nava convênio com o Atrobriós para a construção de uma Unidade descentrali-
zada do Centro Educacional de Campos, no valor de três bilhões de cruzeiros, com
as obras sendo iniciadas no próximo segundo trimestre, como noutro o formal
o Atrobriós. Encerrou seu pale, dizendo que em momento de crise era impor-
tante que as divergências fossem discutidas, mas sobretudo era mais produtiva
para a comunidade que a Câmara se preocupasse em discutir as seme-
lhanças dos vários segmentos representados através de suas ideologias. Li-
me próximo orador insistiu, ao par o Tribunal e a União dos Trabalhadores
do Sítio, abordando inicialmente Projeto de Lei do Executivo visando regulari-
zar a situação de Professores concursados, sem criação de cargos, motivo de
sua denúncia, mostrando a incompetência do Governo, mas, que a maté-
ria iria merecer a melhor atenção dos Vereadores, o que não impediria
de censurar aqueles demagogos que queriam "pisar casaca" na rede fi-

nal da educação para se projetarem diante dos professores. Disse ser preciso dar um basta nos hábitos demagógicos de alguns quando havia platô na Câmara, observando que temo a dignidade de defender sempre suas posições com ou sem público presente, o que de certo ocorreria com a maioria dos Vereadores ao analisarem a questão dos concursados. Em arte, o Vereador Uldimar Rodrigues de Jacuá, solicitou que o orador fosse mais claro em sua explanação, pois tinha a impressão de que estava sendo elidido. Continuando, o Vereador do PDT, disse esperar que cada um interpretasse da maneira como havia colocado, pois não se referiu ao Vereador que o antecedeu, tendo falado de alguns demagogos, cabendo a cada um dar a interpretação necessária. Em mais um aparte, o Vereador Uldimar Rodrigues de Jacuá disse ser o autor de várias propostas dirigidas à Educação, inclusive a proximidade do salário do Professor "C" com o Professor "A"; e, que lhe custaro muitas horas de sono, sendo rejeitado pela Câmara e sabiamente utilizado pelo Prefeito, e, mais, que sempre assumiu a responsabilidade pelos seus votos. Dando prosseguimento ao seu discurso, o Vereador Comar Sampaio de Silve disse que sempre combatia as irregularidades do atual Governo, destacando sua atuação quanto ao desvio de cento e vinte mil dólares, ou doze milhões de cruzeiros à época. Quanto sobre o assunto, disse que mesmo sua denúncia não sendo aceita pela Câmara, partiu para os Tribunais e, felizmente no tarde do dia anterior, o Tribunal de Contas da União penalizara o Prefeito Sou Saldanha conforme o fomal do Brasil, a repor o dinheiro desviado, no presente alcançando cerca de quatrocentos milhões de cruzeiros. Disse que estava dando prosseguimento a outras investigações para mais tarde tentar a violação do "impeachment" do Chefe de Executiva Pauluense, encerrando a seguir sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Uldimar Choniture, abordando a Reunião anterior, quando em respeito aos professores presentes, explicara o tramitação dos pareceres na Câmara e, algumas pessoas não haviam entendido o seu ponto de vista e, uma minoria que considerava insignificante, talvez por interesse político haviam deturpado suas palavras. Disse em prosseguimento que naquilo Reunião assumiu o compromisso de liberar o Chefe de Executiva, regularizando a situação dos professores concursados, valendo-se de suas prerrogativas como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça o que havia ocorrido. No entanto, observou, que o relato de um Vereador em matéria, era submetido aos membros da Co

missão, ou seja, cinco Vereadores, sendo necessário o mínimo de três Vereadores para o Projeto ser submetido à apreciação Plenária. Disse que em hora o seu espaço, buscando o testemunho do Vereador Carlos Roberto Lourenço dos Santos, o processo havia sido assinado pelo orador, pelo Vereador Carlos Roberto Silva, mas lamentavelmente outros Vereadores não haviam sido localizados, por motivos talvez inerentes ao momento político ou questões particulares, pois todos os Vereadores normalmente estavam sempre presentes. Observou que o Processo de interesse dos Professores concursados, já fora entregue a Secretaria da Câmara com três assinaturas e, que o Vereador Valdir Santos que se encontrava em fardim de Esperança, ao chegar à Câmara de imediato fizera contato com o orador se prontificando a assinar o Parecer, e, assim, a matéria no que dependia da Comissão de Constituição e Justiça já estava liberada para a pauta da próxima Reunião. Ainda sobre a questão dos Professores, disse, com todo o respeito as demais categorias funcionais, que o Magistério era a elite da Administração Municipal, não entendendo o porque de uma meia dúzia tentar denunciar seu comportamento, enfatizando ainda, que não devia fazer cores ao SEPE ou o Secretário de Educação, mas, destacou, a algumas professoras que eram suas eleitoras, o que não o impedia de homenagear com seu respeito e consideração aos profissionais da Educação. Prosseguindo, disse que toda a eleitoria fora provocada pela incompetência do Governo Municipal, realizando concurso Público sem o devido provimento de vagas, o que felizmente era reconhecido por profissionais do ensino ao repudiarem as acusações lançadas contra a Câmara, através principalmente de pessoas que ansiavam por uma leitura no legislativo e assim, lançavam mão de todos os argumentos para se projetarem politicamente. Disse que a bagunça na Prefeitura chegava a tal ponto que agora o Jornal do Brasil publicava que o Tribunal de Contas da União condenara o Prefeito e mais dois funcionários o reparar dinheiro, por ter havido malversação, e, era possível que este estivesse rindo, ao invés de estar preocupado, aduzindo que era com tal tipo de gente que se estava lidando. Concluiu, que a Câmara não deveria fazer o jogo de pessoas irresponsáveis e, sim, aprovar o Projeto de Lei tranquilizando os Professores concursados. Abordou a seguir, o fato da Prefeitura estar insistindo para o Município do Rio de Janeiro, restabelecer, na maioria concen-

tes, para se submeter a exames de ultra-sonografia, tendo ementário sobre o custo de tais exames e os respectivos impostos pelo viagem, e que era uma condicão revoltante, provocada tais fatos pela falta de credibilidade da atual administração no Município, o que ocorre todos os dias. Adiante, disse que provido por uma Senhora, gestante, e que não tinha condições de viajar, por não estar se sentindo bem, e as imagens eram óbvias, encaminharam eu mesmo ao Serviço de Ultra-Sonografia particular, onde foi de imediato atendido pelo bom médico Dr. José Roberto Rocha exemplo de solidariedade humana para o grande maioria dos Secretários do Prefeito Sr. Saldanha, em levando a seguir sua fala, dirigindo uma mensagem de confiança aos Preteneres na certeza de que na próxima Reunião o Projeto de regulamentação dos concursos será aprovado. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Aires Bessa de Albuquerque, parabenizando inicialmente o Vereador Omar Camparo pelo modo como destacara a responsabilidade dos Vereadores, louvando sua coragem e conhecimento vasto sobre matérias técnicas, quando denunciara o desvio de dez milhões de cruzeiros, culminando com a condenação pelo TCU do Prefeito e os vereadores. Falou também da competência do Vereador do PDT ao denunciar os erros contidos na regulamentação executiva dispondo sobre concurso para ingresso ao Magistério, observando que o Câmara não podia ficar vaga após a realização do concurso, mas, primordialmente mostrar o caminho da legalidade, não bastando a confissão dos erros. Prossequindo, disse que o Câmara, assim como aos concorrentes e aos problemas criados, e, como membro do PMDB, levaria a questão as lideranças do Partido, sendo orientado para votar parcialmente a regulamentação. Disse que não votava obedecendo a requerimento de discussão típico, visto a complexidade da questão, mas, após o relato das Permissões técnicas, o que estava ocorrendo, habilitando uma votação Anárquica dentro de que prescrevia a lei. Dando prossequimento, disse que há duas reuniões, falava sobre o crime configurado com o fechamento do Hospital do IBASCAF, o que não podia ser admitido em Município carente em leitos, além da função principal que era o atendimento ao servidor Municipal e, socorro aos mais carentes sempre rejeitados em outros estabelecimentos e, assim reiterava apelo ao Prefeito no sentido de que fosse reativado o Hospital do IBASCAF, e, da mesma forma o restabelecimento de consultórios para exames clínicos. Comentou a seguir, sobre o vale transporte, uma pesquisa do trabalhador através da Cons-

filiação e, reafirmada na Lei Orgânica do Município, artigo quarto, de-
clarando o seu protesto pelo fato da Prefeitura ter cancelado o fornecimen-
to de vale transporte aos seus funcionários. Disse adiante, que tais fatos
eram levados ao conhecimento da Administração através de Vereadores sé-
rios, preocupados com o problema municipal, mas o muro intranspon-
ível dos bajuladores, não permitiu que o Prefeito tivesse um contato mais
estreito com os legítimos representantes da comunidade, o que era lamen-
tável, no que encerrou sua fala. A seguir, empôs o Tribuna o Vereador Car-
los Roberto Albuquerque dos Santos do PSB, comentando que nos três anos de Câ-
mara, viu passar diversas questões, votou diversas leis, já viu a assistên-
cia social e também lotado. Falou sobre as votações na Câmara e que era
legal, Constitucional em seu conteúdo, mas, no seu entender, que prejudi-
cavam grande parcela da comunidade, estando como exemplo, o IPTU le-
gal, mas injusto e assim votou contra o Código Tributário e contra o
aumento de IPTU, apesar dos apelos legalistas de alguns Vereadores. Disse
que circunstancialmente, aviu-se um fato inverso, e, curioso, pois ha-
via um concurso público, já realizado, com vários aprovados e, uma lei
que tentava regularizar os concursos, sendo uma lei mal elaborada, fruto
da incompetência do Poder Executivo. Disse em prosseguimento que a
referida lei, em seu arcabouço, procurava restaurar a legalidade do concur-
so, assegurando o direito ao trabalho dos profissionais aprovados, indagou
do qual lado o papel do Vereador em tal caso. Ainda sobre o assunto, disse
que manteve diálogo com o Presidente da Casa, Vereador Acyr Silva do
PSDB, quando destacava todo o processo de desgaste na imagem do político
estabelecido em particular, do processo legislativo como um todo, cuja credi-
bilidade deveria ser preservada, mas, às vezes, a Câmara deixava escapar
oportunidades preciosas para restaurar a imagem do Político, da Câmara
como Instituição. Disse que se referia a Projeto de Lei do Executivo, criado
embora riguardasse direitos dos trabalhadores da Educação, quando a Câmara
enfaticamente deixava escapar a oportunidade de consertar os erros e, ir para
as ruas junto com os profissionais e exigir que o Prefeito reparasse seus
erros, ou, através de emenda legislativa, com a participação solidária de to-
dos os Vereadores, mostrando a justiça, não importando situações individuais
por isso, acreditava que o processo político era renovador e a Câmara por

suas prerrogativas mais importantes que o Poder Executivo. Disse que o parti-
 cipação do povo, o Plenário lotado era mais do que nunca a imagem da sociedade
 participando, mesmo defendendo interesses isolados, o que não era corporativismo,
 mas sobretudo, uma forma de pressão legal, e ao povo deviam ser dirigidos os
 agradecimentos por comparecer sempre à Câmara e pressionando por esta ou aque-
 la matéria, pois assim era o Estado democrático, de plena liberdade. Disse que na
 próxima reunião esperava que a angústia de tantos profissionais do ensino
 desse um basta, quando a Câmara deveria aprovar projeto regularizando o que-
 são dos concursos de ingresso ao Magistério e, caso fosse rejeitado, intendia
 ser cabível recurso na justiça. Disse que naquela data tivera informação de
 que a Prefeitura teria colocado oito funcionários para fazer uma devassa em
 sua vida, para ver o que podia ser levantado de ilegal, considerando que se o
 ela denúncia contra o Prefeito fossem colocados oito funcionários para realiza-
 rem devassas na vida dos denunciantes, por certo iriam faltar funcionários,
 pois eram muitas as denúncias contra o Executivo Municipal. Adiante, disse
 que as questões do ECO 92, quando a comunidade internacional discute o
 meio ambiente, lembrava os crimes cometidos contra o meio ambiente em
 Cabo Frio, e, comunicava que o Secretário Municipal de Saúde resolvera
 se despojar dos medicamentos com datas vencidas e assim, de forma ir-
 responsável jogou os mesmos no lixo incendiando o lote, colocando
 em risco a vida de pessoas e prejudicando mais ainda o ecossistema,
 o que era mais um intolerável absurdo, encerrando a seguir sua fala.
 Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente transportou os tra-
 balhos ao regimento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreen-
 das as seguintes matérias: Aprovadas as Indicações nºs 017/92 e 018/92 e
 aprovado Requerimento nº 018/92. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Pre-
 sidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado a Explicação Perso-
 nal. Deu-se a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Fábio dos Santos Pen-
 deira firmando inicialmente ser um Vereador conciente e cumpridor dos seus deveres,
 falando ainda que a maneira como trataram os professores naquela oportunidade
 não era diferente, pois apenas refletia um respeito que era recebido na convivên-
 cia com os profissionais do Ensino, lamentando que o Conselho dos Concursados
 ainda estivesse sendo postergado na Câmara. Disse que não fazia discursos pa-
 ra professores, porque o ato de levar trabalhadores não era levado por sacos de c.

mento ou filhos, visto a consciência e competência de tais pessoas. Da
mesma forma, disse que os professores não se deixariam levar por meia
dúzia de palavras ditas do tribuna, e mais tinha como dever a defesa
dos direitos dos cidadãos, dos funcionários Públicos. lamentou que mais um
vez a Câmara tivesse perdido a oportunidade de impor-se diante de uma
situação que se delineava como insustentável em Cabo Frio, por atos
políticos administrativos tendo como referência a inconstância e irres-
ponsabilidade da Administração Municipal. Adiante, falou que em pro-
grama da Rádio Cabo Frio, tivera a oportunidade de parabenizar o Vere-
dor que denunciara o desvio de doze milhões de dólares, notícia já di-
vulgada na grande imprensa, aduzindo, que a Câmara deveria fazer
o que hoje fazia o Tribunal de Contas da União, ao condenar o Prefeito e
funcionários a devolverem o dinheiro desviado ilícitamente. Com relação
à inconstância do Executivo em relação ao concurso para ingresso ao
magistério, afirmou que a reparação dos erros impunha-se ao legislati-
vo como um dever, pois pessoas que honestamente haviam se submeti-
do ao concurso, ou concursos, não podiam ser prejudicadas, no que encir-
rou sua fala. Não havendo mais Vereadores para o uso da tribuna em
Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome
de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que de
pois de lida, submetida a apreciação pluriária, aprovada, será assinada
para que produza seus efeitos legais. *Dep. Luiz*

Antônio Mendes
Luiz Roberto

Ata do Duésimo Primeiro Período
Ordinário do Primeiro Período Legis-
lativo, realizado no dia 14 de abril
de mil novecentos e noventa e dois
(1992)

Às dezessete horas do dia 14 de abril de mil no-
vecentos e noventa e dois (1992), sob a Presidência do Senador Acyr Silva
de Rocha e com a ocupação da Primeira Sincal, o pelo Senador Carlos Roberto Sil-
veira, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezessete,